Sabedoria Prática na Ética a Nicômaco

Francisco Virgulino Alves de Oliveira (Bolsista PIBIC/CNPq/UFPB)
Orientador: Prof. Dr. Miguel Antonio do Nascimento

Trata-se de uma noção de sabedoria prática no livro VI da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Esta abordagem mostra a origem da sabedoria prática implicada num sentido ontológico.

Segundo Aristóteles, a alma humana possui disposições. Estas são tendências que o homem tem, tanto para agir bem ou não. Então, essas disposições podem ser transformadas em virtudes. Para isso, é necessário que exista um equilíbrio nas ações, pois estas estão sempre sujeitas ao jogo de excesso e de falta, e o meio-termo é o ponto que consiste em equilibrá-las e garanti-las enquanto virtudes. Atingir o meio-termo é uma atividade que requer a presença da reta razão, e é ela que garante o caráter de justeza no agir humano.

No capítulo 3 do livro VI da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles estabelece cinco disposições em virtude das quais a alma possui a verdade. São elas: a Arte, o Conhecimento Científico, a Sabedoria Prática, a Sabedoria Filosófica e a Razão Intuitiva. Em todas elas há algo em comum que as tornam verdadeiras. Este algo é a reta razão. Este tornar verdadeiro pode ser visto como a transformação de disposições em virtudes. Deste modo, podemos adiantar que a sabedoria prática, sendo uma das cinco disposições, possui reta razão.

Para Aristóteles, num sentido geral, o homem que é capaz de deliberar possui sabedoria prática. A deliberação refere-se às coisas que estão ao alcance do homem, e só se delibera sobre coisas variáveis ou acerca de ações que podem ser praticadas. A sabedoria prática diz respeito às ações e estas estão sempre sujeitas a variações. Disso fica evidente o objeto de que trata a sabedoria prática: ela trata de coisas que estão relacionadas à deliberação e que são, portanto, variáveis. Podemos ver isso no capítulo 7 do livro VI da *Ética a Nicômaco*, quando Aristóteles diz:

> "A Sabedoria Prática, pelo contrário, versa sobre coisas humanas, e coisas que podem ser objeto de deliberação; pois dizemos que essa é acima de tudo a obra do homem dotado de Sabedoria Prática:

> deliberar bem. Mas ninguém delibera a respeito de coisas invariáveis..."[1]

Assim, a sabedoria prática não pode ser conhecimento científico, pois este envolve demonstração e não pode haver demonstração de coisas cujos primeiros princípios são variáveis. Ela também não pode ser arte porque a arte se refere ao fazer, e agir e fazer são coisas de espécies diferentes. Segundo Aristóteles, a sabedoria prática deve ser uma capacidade verdadeira e raciocinante de agir com respeito aos bens humanos.

Na arte, a reta razão é denominada por Aristóteles a capacidade raciocinante de fazer. O artista, que utiliza a reta razão no seu trabalho, desempenha com perfeição aquilo que está fazendo. Também na sabedoria prática, essa forma perfeita aparece no tocante às ações. A capacidade raciocinante de agir e a capacidade raciocinante de fazer, embora sejam atividades diferentes, possuem algo em comum, a saber: a capacidade raciocinante. Esse algo em comum é a reta razão. É ela que está presente no agir e no fazer, bem como em outras atividades, conferindo grau de justeza, de verdade.

A sabedoria prática versa sobre o prático, ou seja, sobre as ações mutáveis. E, como a reta razão, ao ser utilizada nas ações, faz com que estas não caiam em vícios de excesso nem de falta, conferindo justeza e direcionando-as para a prática do bem, então podemos dizer que a sabedoria prática não é já o fundamento da reta razão. Portanto, é a reta razão que, estando presente no agir, o transforma de uma simples disposição em virtude. Podemos inferir também que o prático, apenas por ser prático, não pode ser sabedoria nem ser fundamento da reta razão. Porque o prático enquanto prático é variável. Desta forma, sendo a reta razão responsável pela transformação das disposições em virtudes, podemos dizer que o prático ganha o caráter de sabedoria quando ele recebe a reta razão na sua atividade, transformando aquilo que antes era uma simples disposição em virtude de fato. Deste modo, a sabedoria prática só pode ter seu fundamento na reta razão. A impossibilidade da sabedoria prática fundamentar a reta razão tem sua justificativa, em primeiro lugar, assentada no fato de que: se a reta razão qualifica o prático enquanto sabedoria, então esta sabedoria se apresenta enquanto atribuindo uma identidade ao prático e que, por sua vez, não pode ser evidente sem a razão, isto é, essa sabedoria não pode ser atribuída ao prático sem o uso da reta

razão. Em segundo lugar, o prático não pode, apenas enquanto prático, ser sabedoria, pois o variável não possui o poder de fundamentar algo justo e equilibrado. Isto posto, confirma-se aquilo que foi dito anteriormente, a saber: a reta razão é fundamento da sabedoria prática e que o inverso não poderia ser. De onde se infere que a origem da reta razão está em algo que não se esgota no prático. Descobrindo a origem da reta razão descobre-se também a origem da sabedoria prática, uma vez que quando o prático ganha sabedoria e se torna sabedoria prática, através da reta razão, ele passa a ser virtude. Mas a sabedoria prática é reta razão no que se refere ao agir no ajuste das coisas práticas. Pois, "não é apenas a disposição que concorda com a reta razão, mas a que implica a presença da reta razão, que é virtude: e a sabedoria prática é a reta razão no tocante a tais assuntos." [2]

Descreveremos brevemente uma noção de reta razão, a fim de colaborar com a elucidação da sabedoria prática.

Segundo Aristóteles, todo homem, ao praticar uma ação, tem em mira um fim. Ele diz: "...toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, tem em mira um bem qualquer; e por isso foi dito com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem." [3]

Podemos tratar desta passagem empregando a abordagem de Enrico Berti, no seu livro "*As Razões de Aristóteles*" [4] *Assim diz ele:* "Falar de "bem", entendido como fim do homem, significa falar de algo que é objeto de desejo, de tendência, por parte do homem, isto é, de algo que ainda não se realizou, mas que justamente por isso quer realizar-se e deve poder ser realizado, ou seja, é "praticável" e "deve praticar-se"

Esse bem é um bem enquanto meta ou uma finalidade que desejamos atingir. Quando desempenhamos bem uma função é porque estabelecemos antes de tudo esse bem enquanto meta. Consequentemente, quando exercitamos uma função, estamos praticando uma ação e esta está sempre sujeita ao jogo de excesso e de falta. Porém, o caminho para se chegar à concretização do bem enquanto fim, em toda ação, pressupõe uma boa orientação dos meios a fim de atingi-lo. Por isso é que a reta razão se apresenta enquanto orientadora desses meios, pois é ela que age nas ações como garantia de que estas não caiam no jogo de excesso e de falta. A reta razão mantém as ações num meio-termo. Este se caracteriza por ser algo equilibrado, nem excesso, nem falta. Podemos dizer também que a reta razão age de conformidade com o que é bom. É a reta razão que garante a percepção do que é justo e, portanto, do que é bom no agir humano; pois Aristóteles deixa claro que uma pessoa que pratica atos justos, participa de

coisas boas. Ele diz: "Os atos justos ocorrem entre pessoas que participam de coisas boas em si..."[5] Pode-se perceber que o indivíduo, para desempenhar bem uma função de forma louvável, precisa ter o bem como meta. Perceber o bem e seguir os meios corretos para atingi-lo é uma atividade que somente será possível com a presença da reta razão, e toda função bem desempenhada pressupõe o bom uso da reta razão. Um bom médico, por exemplo, destaca-se dos demais pelo bom uso de sua função. É aquele que age sempre tentando aperfeiçoar o seu trabalho e assim atingir a perfeição. Mas isso só é possível porque antes de tudo ele atribuiu uma finalidade enquanto meta para sua atividade, e essa finalidade é o bem. A reta razão garante a visualização do bem, não permitindo que nos distanciemos ou o percamos de vista. Ela assegura tanto os meios para a realização dos fins quanto os fins enquanto propósito último.

Outro ponto que deve ser observado, tanto nos meios quanto nos fins, quando submetidos à reta razão, é a transformação em um estado de bondade. É característico das pessoas dotadas de sabedoria prática o deliberar bem. Assim diz Aristóteles: "Ora, julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática o poder deliberar bem sobre o que é bom ..."[6]

Deliberar correto é deliberar com vistas a uma finalidade boa, pressupondo o uso da reta razão. Enrico Berti, no livro já referido, refere-se à deliberação da seguinte forma: "É necessário, com efeito, que a capacidade de deliberar retamente sobre os meios seja orientada por um fim bom, de outro modo não é phrónesis, mas simples habilidade ou astúcia"[7] O fim deve ser bom para que o prático ganhe sabedoria, tornando-se sabedoria prática.

Este princípio de bondade carrega uma afinidade bastante estreita com a reta razão. Isto posto, o bem por si e em particular se mostra naquilo que é justo e bom, sendo característica dos homens que agem com eqüidade o ser justo, pois o ser justo é típico daqueles que fazem bom uso da razão. Então, o homem bom contempla o bem, ou seja, o percebe e o atinge conforme a prática de atos guiados pelos ditames da reta razão. Isso somente é possibilitado devido à ação do bem, enquanto finalidade a ser atingida. O bem permite ao homem enxergar a distinção do que é bom e do que é mau no seu agir. O bem como fim está na reta razão. Assim, pode se dizer que o que na reta razão favorece a aplicação do que é reto é o bem como fim. E portanto, a reta razão fornece a sabedoria prática, a percepção do bem nas ações, uma vez que a reta razão aplica a retidão no prático,

trazendo sabedoria a este, ou seja, qualificando o prático enquanto sabedoria. A sabedoria prática é sabedoria porque as ações são submetidas a reta razão; sendo somente possível devido à existência de algo que apreende, tanto os primeiros princípios quanto os meios de chegar a eles. Esse algo não tem sua origem no prático. É uma percepção imediata que visualiza uma finalidade. Esta finalidade é o bem que é contemplado e ao mesmo tempo aplicado nas ações, conferindo verdades a estas. Essa percepção imediata é uma razão enquanto intuição. Ela apreende o que é essencial nas ações, mas também, ao mesmo tempo, apreende algo que não está no prático e que é superior a ele pelo seu grau de imutabilidade e perfeição. Este algo só pode ser contemplado. Esse caráter de imutabilidade e perfeição é característico do bem enquanto algo a ser atingido pelas ações. E uma vez que este bem direciona-se as disposições por intermédio da reta razão, estas se transformam em virtudes.

Podemos dizer agora que a reta razão tem sua origem em algo contemplativo, imutável e perfeito – o bem; mas o bem enquanto algo de divino. Ela parte do significado de bem e que este não pode ser algo como o prazer. A reta razão é o bem, mas é o bem que não se resume a uma coisa boa. Ela é o bem porque é uma base que me leva a distinguir o que há de bom do que há de mau nas ações praticadas, justo e injusto, certo e errado. Sendo assim, esse significado pode ser visto como ontológico, porque é o fim. Está sempre mostrando o verdadeiro nas coisas, e isso se apresenta quando se faz a separação do ser bom do ser mau. Apresenta-se sempre como algo que é sempre sendo.

Com esta noção preliminar de onde provém a gênese da reta razão chegamos também a uma compreensão preliminar da proveniência da sabedoria prática. A sua origem está vinculada a um significado de bem enquanto ontológico.

Bibliografia

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco,* Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W Ross – São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos.* Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1992